Publicado em 03/04/2024 - 05:54

Após revés, Haddad cobra pacto em torno de objetivos para a economia

Haddad faz apelo por pacto na economia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez ontem defesa de um pacto entre os poderes da República a respeito das contas públicas. O pedido foi feito no dia seguinte à decisão do presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de derrubar a reoneração da folha de pagamento dos municípios.

Isso porque passaria a ser aplicada, desde ontem, a reoneração prevista na Medida Provisória (MP) 1.202, que retoma a alíquota de contribuição previdenciária das prefeituras de 8% para 20%. Em despacho, Pacheco prorrogou a MP por mais 60 dias, mas decidiu não estender o dispositivo sobre os municípios. O impacto nos cofres federais foi estimado por Haddad em R$ 10 bilhões. Inicialmente, o Ministério da Fazenda projetou R$ 4 bilhões para este ano, mas não havia mapeado a repercussão sobre os próximos exercícios.

Em reação à decisão de Pacheco, Haddad enfatizou que há um esforço grande sendo feito para pôr "ordem nas contas", mas ponderou que as perguntas sobre impactos fiscais não devem ser endereçadas apenas ao Executivo.

– Precisamos de um pacto nacional dos três poderes para chegarmos aos objetivos pretendidos na área econômica. Não vai ser um ministério ou um poder da República que vai resolver a herança herdada do governo anterior – disse o ministro.

WILSON DIAS, AGÊNCIA BRASIL, BD 05/01/2023

Ministro reagiu após presidente do Senado ter derrubado a reoneração da folha dos municípios

Questionado sobre eventual mudança na meta de resultado primário em meio às propostas discutidas no Congresso, Haddad disse que precisará fazer um balanço do que será aprovado em abril.

– Você fixa uma meta de resultado primário e encaminha as leis que vão dar consistência para essa meta. O trabalho que estamos fazendo junto ao Congresso é no sentido de convencer os parlamentares de que precisamos encontrar fontes de financiamento para as despesas criadas – disse.

Negociação

O ministro citou, por exemplo, que o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o programa Bolsa Família e o piso da enfermagem foram criados sem fontes de receita compensatória.

Na semana passada, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), apresentou proposta alternativa à desoneração da folha de pagamento dos municípios, além do fim gradual do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O novo texto limita o benefício a cidades com até 50 mil habitantes e receita líquida per capita de até R$ 3.895. Haddad disse acreditar na aprovação do projeto, mas reconheceu que será preciso negociação. Ontem, Pacheco disse estar aberto ao diálogo.

Pressões e reações

- Em sua decisão, Rodrigo Pacheco disse que mudança na desoneração da folha, tanto de setores quanto de municípios, deve ser veiculada por meio de projeto de lei.
- E destacou que "o poder de editar medidas provisórias não pode ter o condão de frustrar (...) decisão (...) do Poder Legislativo no processo de formação de uma lei , funcionando como uma etapa adicional e não prevista do processo legislativo, de verdadeira revisão da rejeição do veto, em evidente conflito com o princípio da separação dos Poderes, entendimento também referendado pelo Supremo Tribunal Federal".
- Em MP em dezembro, o governo havia determinado o fim do então novo regime especial de previdência para municípios e do Perse.
- O Perse é um programa emergencial para retomada do setor de eventos criado durante a pandemia.
- Diante da resistência de deputados e empresários, contudo, Fernando Haddad decidiu negociar um projeto de lei com um meio-termo, assim como ocorreu no caso da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.
- O projeto da desoneração dos municípios limita esse benefício a cidades com até 50 mil habitantes e receita líquida (RCL) per capita de até R$ 3.895.
- A alíquota de contribuição previdenciária seria de 14% este ano, 16% em 2025 e 18% em 2026. Essa alíquota era de 20% até ser reduzida a 8% pelo Congresso no ano passado.
- Também há possibilidade de parcelamento das dívidas das prefeituras com a Receita Federal em até cinco anos, com redução de até 70% nos juros e multas.
- O governo, porém, não encaminhou nenhum novo ato para revogar os trechos da MP sobre esses temas, como foi feito com a reoneração dos setores – e, portanto, as novas regras estariam em vigor durante a tramitação dos projetos no Congresso.
- Pacheco já havia prometido a prefeitos que não deixaria a reoneração prevalecer. Ao fim, caso o governo não tomasse posição, caberia a ele rejeitar esse trecho específico da MP.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 6

Copyright © Clipclap 2025.